



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



COMISSÃO ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS –
CEPCT

Ata

Reunião Plenária Ordinária Cepct-MG			
Data	14/03/2024	Horário	14:00 horas
Local	Ambiente Virtual - Videoconferência no Microsoft Teams		
Pauta	1) Verificação do Quórum; 2) Eleição do vice presidente da CEPCT; 3) Solicitação de informações sobre povos e comunidades tradicionais feita pela Concessionária RODOANEL BH S.A: 4) Composição da Câmara Técnica para Certificação de autodefinição; 5) Composição da Câmara Técnica Conflitos Socioambientais e de Povos e Comunidades Tradicionais; 6) Criação de Câmara Técnica e Grupo de Trabalho, conforme estabelecido nos artigos 10 e 13 do Decreto nº 48.691 de 15 de setembro de 2023.		
Participantes	Clever Alves Machado - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE; Erika Soares Martins - Suplente - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE; Ana Beatriz Rodrigues Porfirio - Suplente - Secretaria de Estado de Saúde – SES; Mariana Moret Barreto - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Cristina Fontes Araújo Viana - Suplente - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Natalie Oliffson Rodrigues - Titular - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT; Márcia Isabel Chaves - Titular - Secretaria de Estado de Educação – SEE; Ciro César Carvalho - Titular - Secretaria de Estado de Saúde – SES; Ana Beatriz Rodrigues Porfirio - Suplente - Secretaria de Estado de Saúde – SES; Vanessa Barçante Jota - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE; Adriano Tostes de Macedo - Titular - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sara Michelly Cruz - Suplente - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;		

Letícia Horta Vilas Boas - Titular - Instituto Estadual de Florestas – IEF;

Saramireis Patrícia Ferreira Castro - Titular - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - IDENE

Marta Cristina Beber de Souza - Titular - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas - Gerais – EMATER/MG;

José Custódio do Nascimento Junior - Suplente - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas - Gerais – EMATER/MG;

Letícia Araújo Gualter Silva - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;

Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente -- Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;

Kelly da Silva - Titular - Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;

Heiberle Hirsgberg Horácio - Titular - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - Suplente - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;

Geralda Maria Soares da Silva - Titular - Apanhadores de Flores Sempre Vivas;

Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;

Neli Martins de Souza - Titular - Congadeiros;

Antônio Áureo do Carmo - Suplente - Faiscadores;

Orlando dos Santos - Titular - Geraizeiros;

Ivanilde Salomé da Silva - Titular - Quilombolas;

Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;

Waldir Braga - Suplente - Povos Circenses

Flanner Fantoni Bergo - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana

Reinaldo Pereira da Silva - Titular - Vazanteiros;

Helder Magno da Silva - Titular - Ministério Público Federal -MPF;

Edmundo Antônio Dias Netto Junior - Suplente - Ministério Público Federal - MPF;

Vanilza Jacundino Rodrigues - Titular - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;

Rosana Alexandre dos Santos - Titular - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Evandro Rocha Gonçalves - Suplente - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA;

Eliete Xavier de Oliveira - Titular - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI;

Adjanir Silva - Titular - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;

Luana Paulino Amaranto - Suplente - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;

Edilson Rezende Costa - Titular - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - CONSEA;

Wellington Donizete Marques de Lima - Suplente - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - CONSEA;

Gabriela de Brito Santos - Secretaria Executiva CEPCT-MG;

Ângela Cristina - Secretaria Executiva CEPCT-MG;

Juliana Cordeiro - Diretora de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos - SEDESE

Cléver Machado inicia sua fala cumprimentando a todos e todas e relata que Orlando solicitou que fosse realizada a leitura da ata de reunião dos membros da sociedade civil no dia 10/01/2024 e do ofício encaminhado pela sociedade civil para o governador do Estado de Minas Gerais. **Gabriela Brito** inicia a leitura dos documentos, cujo nº são 80576959 e 80576973, processo SEI 1630.01.0000071/2024-30, que tratam dos seguintes pontos: deliberação por indicar Clever Alves Machado como Presidente da CEPCT-MG e Orlando Santos, como Vice-Presidente. Necessidade de reformulação de um novo Decreto que dispõe sobre a Comissão, com a criação de um Grupo de Trabalho com participação da maioria absoluta dos povos tradicionais. Deliberação para criação de uma Câmara Técnica para Diálogo sobre Consulta Livre, Prévia e Informada aos PCTs. O documento possui o nome de todos os membros da sociedade civil da CEPCT-MG. **Cléver Machado** agradece pela confiança de todos na indicação para presidência da CEPCT-MG e passa a palavra a Orlando Santos, Vice-Presidente da Comissão. **Orlando Santos** agradece e afirma que a Comissão não pode ser um “cabo de guerra”, mas um lugar para somar. Diz que está à disposição. **Cléver Machado** afirma, portanto, que o ponto de pauta foi vencido, pois já foram instituídos como Presidente e Vice-Presidente. Trata, portanto, do próximo ponto de pauta, que é a criação de Grupo de Trabalho para revisão do Decreto. Questiona quem gostaria de fazer parte desse grupo e sugere a participação de **Orlando Santos**, que responde que irá participar e afirma que é a pauta dos povos tradicionais, que precisa ter esse espaço, que têm que falar e que ninguém fale pelos povos. **Natalie Oliffson** questiona como será o grupo ao Presidente, questiona como será formado o grupo, conforme regimento. **Cléver Machado** solicita à Gabriela Brito, que verifique como consta no Regimento e, enquanto isso, passa a palavra a **Antônio Áureo**, que estava inscrito. Primeiro questiona se o membro titular representante dos faiscadores está na reunião e é informado que não, pois não sabe se o titular irá participar dessa discussão, mas diz que está disponível e gostaria de ver se há restrições no Regimento, por ser membro suplente. **Natalie Oliffson** pergunta novamente como é o funcionamento do grupo de trabalho e afirma se colocar-se à disposição. **Cléver Machado** afirma que a Secretaria Executiva está vendo a questão é que o nome de Antônio Aureo será registrado e sua participação é importante. **Orlando Santos** fala a respeito da importância da participação dos membros suplentes, para que, no caso de substituição de titular, eles não estejam “perdidos” nos assuntos discutidos. **Gabriela Brito** afirma que as Câmaras Técnicas são instituídas em Plenário, que não há limite de participação e nem restrição para suplentes. **Natalie Oliffson** questiona qual o prazo para a revisão do Decreto. **Cléver Machado** sugere o prazo de 90 dias, por considerar urgente. Solicita o estabelecimento de número de pessoas, pois o regimento não fala, sugere o número de 05 pessoas. Solicita que quem discorda levante a mão, como ninguém discorda, entende que foi estabelecido o número de 05 pessoas para a composição. Relata que há pessoas com a mão levantada e solicita o apoio da Secretaria Executiva. Gabriela Brito fala que há três pessoas com a mão levantada: Reinaldo e Helder Magno. Reinaldo não consegue falar, portanto, **Helder Magno** prossegue sua fala tratando da proporcionalidade da composição, quanto seriam povos tradicionais, quantos seriam do governo e convidados permanentes. Afirma querer participar do grupo, porém não pode fazê-lo pois conduz um inquérito civil, no qual são apuradas violações a direitos dos povos e comunidades tradicionais, pela edição da Resolução Sedese/Semad 01/2022 e também pelo Decreto que dispõe sobre a CEPCT-MG, que afirma ser construído sem consulta e diminuindo o número de representantes dos povos comunidades tradicionais e criando para os representantes do estado uma mordaça. Afirma que o Decreto possui dispositivo que permite que se retire o representante governamental. Afirma que chegou até ele notícias de servidores que compõem a CEPCT-MG e não se sentem à vontade para manifestar contra as ordens centrais do Estado. Ressalta a falta de democracia em um Decreto em discussão e expressa preocupação com a possibilidade de que a Comissão não tenha autoridade real para mudá-lo, sem ser acatado pelo Governador. Indica que pode tomar medidas fora da Comissão se perceber violações graves aos direitos das comunidades tradicionais. Teme que o trabalho da Comissão seja apenas uma formalidade, sem poder efetivo para corrigir as falhas do Decreto. **Cléver Machado** questiona qual seria a proporcionalidade ideal para o grupo. **Helder Magno** responde que a Comissão teria que avaliar, em comparação com outros grupos. Reforça que é importante a participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais. Questiona se os mesmos não estão sentindo falta de uma reunião presencial. Que devem haver mecanismos para viabilizar uma discussão mais ampla. A palavra é passada para **Reinaldo Pereira**, que afirma concordar com o Dr Helder. Destaca a importância de discutir amplamente um Decreto que afeta as comunidades, concordando com a necessidade de uma reunião presencial para abordar especificamente esse assunto. Enfatiza a relevância de uma assessoria jurídica para orientar o debate sobre o Decreto, ressaltando a responsabilidade de representar as comunidades tradicionais de Minas Gerais em todos os níveis. Incentiva a participação de todos os segmentos e destaca a necessidade de união e cooperação para enfrentar os desafios. Por fim, expressa sua gratidão e deseja uma boa tarde a todos os presentes. **Cléver Machado** solicita a

manifestação de todos, se é para ser discutido agora, quantos e quem irá compor o grupo de revisão do Decreto, ou se será agendada uma reunião presencial para discutir os pontos. **Ivanilde Salomé** reforça a importância da reunião presencial em detrimento da virtual, para fins de socialização entre os povos e comunidades tradicionais, para conhecer a realidade do outro. **Edilson Costa** afirma que o Consea tem como diretriz ser contrários ao Decreto que dispõe sobre a CEPCT-MG, pela presidência estar associada ao Governo. Questiona sobre reunião ocorrida entre os povos tradicionais representantes da CEPCT-MG no dia 10, na qual algumas decisões foram tomadas sem a participação de todos os membros da Comissão. Ele enfatiza a importância de uma revisão do Decreto com a participação de todos os representantes, especialmente da sociedade civil, com apoio jurídico, para garantir que as mudanças refletem as necessidades e desejos da comunidade. **Luana Paulino** concorda com Dr Helder e acredita que será melhor ter um consenso presencialmente. **Helder Magno** questiona de qual órgão Natalie, que se candidatou para o grupo, é. **Gabriela Brito** responde que é membro titular da SECULT. Gabriela passa a palavra para o próximo inscrito, **Maxwell Moreira**, que afirma concordar com Dr Helder e todos em relação à importância de uma reunião presencial, com todos das comunidades, dos representantes, para discutir o Decreto. **Waldir Braga**, próximo inscrito, atenta para a questão dos povos circenses e solicita uma reunião com a CEMIG, relata a dificuldade que estão tendo em relação à exigência de alvará para ligar a energia do circo, informa que o circo só possui alvará após a vistoria do bombeiro e que é preciso ligar a energia elétrica primeiro. Afirma que chegou atrasado à reunião e gostaria de saber do que se trata a questão dos “90 dias” que foi mencionada. **Cléver Machado** afirma registrar o pedido de reunião com a CEMIG e contextualizar sobre o assunto que estava sendo tratado, a respeito da criação de grupo de trabalho para revisão do Decreto que dispõe sobre a CEPCT-MG. Cléver questiona se terá indicações do grupo nesta reunião ou não. Questiona Orlando Santos, já que entende que não é criação de um grupo, mas sim a discussão com todos os membros da Comissão para fazer essa revisão do Decreto. **Orlando Santos** afirma que o encaminhamento foi que deveria ser tirado um grupo de trabalho e diz que não deve ser prolongado, que a hora é durante a reunião, o primeiro momento seria a criação deste grupo. **Andréa Narciso** compartilha sua opinião, que se alinha à do professor Helder, expressando preocupação com a falta de discussão oficial sobre o Decreto dentro da Comissão. Ele destaca o desconhecimento dos membros sobre o conteúdo e papel da Comissão, considerando isso perigoso para as comunidades. Sugere que o Vice-Presidente, Orlando, não deveria assumir a responsabilidade sozinho e enfatiza a necessidade de uma formação para os representantes entenderem seu papel e que teme pela pouca efetividade de uma discussão do Decreto com apenas 05 pessoas. Propõe uma reunião presencial para que o Decreto seja lido e debatido pela Comissão, envolvendo todas as representações de povos e comunidades tradicionais do Estado. Destaca a importância de entender como o Decreto afeta os povos e afirma que é fundamental o entendimento dos membros da Comissão, especialmente aqueles diretamente afetados. **Maxwell Pio** concorda com Andréa, aponta a inacessibilidade do aplicativo Microsoft Teams que muitos membros da sociedade civil não conseguiram acessar, que deveria ser utilizado outro mais acessível, que o Decreto deve ser lido, seja online ou presencialmente. Que 05 é um número pequeno de participantes, que a comunidade deve saber a respeito do que está acontecendo. **Antônio Áureo** endossa fala de Andréa. Acredita que deve haver uma reunião presencial, titulares e suplentes, para ler o Decreto e entender, ler o Regimento Interno também. Afirma que há uma hidrelétrica na região que acabou com a cultura, com a realidade e que a comunidade se reorganizou. Depois veio uma lama que acabou com sonhos. Pede que por favor não demore muito, pois sua comunidade precisa muito da Comissão, para a certificação como povos e comunidades tradicionais. **Natalie Oliffson** corrobora com a fala de Andréa Narciso em relação à importância da participação dos povos tradicionais. Se preocupa com a reunião presencial em Belo Horizonte, se é viável que todos compareçam. Sugere a utilização da plataforma Google Meet, pois considera que o Microsoft Teams possui dificuldades. Afirma que é a primeira vez na Comissão e que não se sente cerceada enquanto servidora pública. Afirma que irá buscar com o Cléver como pode contribuir com a questão dos povos circenses e a CEMIG. **Orlando Santos** destaca a importância de envolver a sociedade civil nas discussões da comissão, mencionando uma reunião anterior que não conseguiu participar plenamente. Ele expressa preocupação com a falta de entendimento sobre o papel da comissão e propõe que a sociedade civil seja ouvida antes de qualquer decisão ser tomada. Destaca que o objetivo do grupo é revisar um Decreto que não satisfaz às necessidades das comunidades e sugere que uma reunião separada seja agendada para discutir esse assunto com a sociedade civil. Além disso, ele menciona problemas técnicos com o link das reuniões, que ele já havia avisado. Que muitos não entram na reunião porque não conseguem. **Helder Magno** em um primeiro ponto, reforça que são membros representantes dos povos e comunidades tradicionais, não é sociedade civil, é representação. Segundo ponto que nada impede que os povos tradicionais reúnem-se para discutir o Decreto, mas que não seria a Comissão. Aponta os vínculos

precários de trabalho com o Estado, servidores designados que não possuem autonomia e sentem-se pressionados, principalmente em licenciamento ambiental. Que a Comissão deve ter a prevalência dos povos tradicionais, como previsto na Concepção 169 da OIT. Lamenta que não haja a presença do Ministério Público Estadual. E lamenta que não há em Decreto a inclusão das Defensorias Públicas. Lamenta que a representação da UFMG, feita pelo professor Aderval, tenha sido excluída. Direciona à Natalie que teme em um discurso de que só poderiam participar da Comissão os residentes em BH e região. Aponta pela inacessibilidade do Teams e que a comunidade tradicional solicita a utilização do Google Meet. Afirma que o Estado deve custear a vinda dos povos tradicionais. Sugere que seja feita a reunião em um local mais próximo dos representantes. **Natalie Oliffson** esclarece que sua intenção não foi sugerir que a reunião ocorresse exclusivamente em Belo Horizonte, mas sim expressar preocupação e pedir esclarecimentos sobre o formato da reunião. **Cléver Machado** propôs a criação do grupo para subsidiar a revisão do Decreto e a realização de uma reunião presencial ampliada. Sugere que o grupo trabalhe na elaboração de documentos e materiais com a ajuda de toda a Comissão. Destaca a importância de criar uma Câmara Técnica para tratar de conflitos agrários e certificações. Ele questiona os membros sobre quem é contra a criação do grupo, para levantar a mão. **Gabriela Brito** sinaliza que Helder Magno, Andréa Narciso estão com a mão levantada. **Heiberle Hirsgberg** afirma que é contra. **Helder Magno** solicita uma questão de ordem e questiona o que seria “levantar a mão”. **Cléver Machado** explica que há um ícone de mão no Teams. Ou que se alguém tiver dificuldade, pode levantar a mão mesmo. Solicita que abram a câmera para que Gabriela Brito faça a contagem de mãos levantadas. **Gabriela Brito** aponta 05 mãos levantadas. Cléver Machado pede que agora levante as mãos quem são favoráveis. **Ivanilde Salomé** afirma que está desorganizada pois as mesmas pessoas levantaram a mão e que não pode auxiliar pois sua conexão também não está boa. Sugere uma reunião presencial. **Cléver Machado** questiona quem concorda com a reunião plenária de dois dias presencial para discutir o Decreto, a criação de grupos de trabalho e câmaras. **Gabriela Brito** verifica que há 12 pessoas favoráveis, mas afirma que é difícil contar pois nem todos aparecem na tela. Secretária Executiva lê o nome de todos os membros e coleta os votos. **Votantes favoráveis à reunião**: Mariana Barreto (SEAPA), Cristina Fontes (SEAPA), Márcia Chaves (SEE), Ciro Carvalho (SES), Vanessa Barçante (SEDESE), Adriano Tostes de Macedo (SEMAD), Letícia Horta (IEF), Saramíreis Castro (IDENE), Marta Beber (EMATER), Letícia Araújo (SEAPA), Gustavo de Oliveira (IEPHA), Kelly da Silva (UEMG), Heiberle (UNIMONTES), Geralda Maria (Apanhadores de Flores), Maxwell Pio (Carroceiros), Neli Souza (Congadeiros), Antônio Áureo (Faíscadores), Orlando Santos (Geraizeiros), Ivanilde Salomé (Quilombolas), Clarindo Santos (Pescadores Artesanais), Waldir Braga (Povos Circenses), Flanner Fantoni Bergo (Povos Tradicionais de Matriz Africana), Reinaldo Pereira (Vazanteiros), Edilson (CONSEA), Adjanir (CONEPIR). **Cléver Machado** solicita que Gabriela prossiga com os pedidos de diária e compra de passagens. **Orlando Santos** solicita que seja providenciada uma carteirinha de identificação dos povos e comunidades tradicionais. **Cléver Machado** afirma que será providenciado. Diz que está em Bocaiúva e está em trânsito para Montes Claros. Solicita que Orlando Santos prossiga a reunião, na presidência, com o auxílio de Gabriela Brito. **Eliete Xavier** questiona se há data definida para a reunião. **Neli Souza** solicita que seja após o dia 21, pois dia 21 é o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e as agendas estão lotadas. **Orlando Santos** questiona se primeiro deve verificar a questão de diárias para depois agendar a data. Edilson Costa sugere que seja combinada a data no grupo de WhatsApp por votação posteriormente. **Ivanilde Salomé, Neli Souza, Antônio Áureo, Adriano Tostes.** concordam. **Neli Souza** fala a respeito da agenda cheia e que muitos dos eventos e reuniões são custeados por ela mesma. **Antônio Áureo** fala da importância de voltar a discussão das certificações. **Orlando Santos** afirma que primeiro é necessário compor o grupo de trabalho para discussão do Decreto. **Gabriela Brito** retoma os pontos de pauta, para considerações dos participantes: solicitação de informações da Rodoanel que solicita informações dos representantes dos povos e comunidades tradicionais, composição da Câmara Técnica de Certificação, composição da Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais, que compreendeu que seria presencialmente e criação da Câmara Técnica e Grupo de Trabalho solicitadas pela sociedade civil. Solicita que caso alguém queira comentar a respeito das pautas, que se manifeste. **Rosana Santos** afirma que o Incra também recebeu essa solicitação da Rodoanel, destacando que as comunidades quilombolas são responsabilidade da instituição. Acredita que as comunidades precisam se manifestar para falar quais são os impactos, para compor o EIA RIMA do empreendimento. Afirma sentir falta do IEF no Decreto, que o IEF não está presente, apenas Semad. Afirma que sentiu falta do IEF, para atendimento da questão da sobreposição com parques estaduais. Questiona qual a data da reunião cuja ata foi lida. **Gabriela Brito** afirma que foi dia 10 de janeiro de 2024. **Letícia Horta** se apresenta como Diretora da Unidade de Conservação do Instituto Estadual de Florestas. Solicita reunião entre o Incra e o IEF para questões de sobreposição. **Helder Magno** afirma que

o MPF tem interesse em participar dessa reunião, pois está com diversos casos de parques estaduais com sobreposição com povos tradicionais. Vê que essa temática é pungente na Comissão. **Letícia Horta** coloca o IEF à disposição. Destaca o interesse em avançar na gestão das unidades de conservação de forma alinhada com a política dos povos e comunidades tradicionais. Ela menciona ter encaminhado uma resposta sobre o Parque Estadual Sempre Vivas em relação à CLP e pede apoio para revisar o plano de manejo do Parque Estadual Serra do Cabral, enfatizando a importância da colaboração da Comissão Estadual para progredir nesse sentido. **Helder Magno** afirma que a atuação da CEPCT no Rio Corrente foi fundamental. Espera que a Comissão auxilie no caso dos Pataxó em Açucena, no Parque do Rio Corrente, por serem dois interesses relevantes e constitucionais. Afirma a importância dos povos tradicionais para a preservação dos parques. **Rosana Santos** afirma que passou o contato de seus e-mails à Letícia Horta, para agendamento de reunião conjuntamente com Dr Helder e Dr Edmundo. Afirma que não são pautas divergentes. E que se fortalecem. **Gustavo Oliveira** questiona se existe um mapeamento de comunidades tradicionais. **Helder Magno** responde que o estado deveria ser responsável pelo mapeamento das comunidades, conforme a Lei de 2014, uma função atribuída à Comissão. Que temos o SISEMA, um sistema que não está sendo devidamente alimentado, o que pode gerar uma responsabilização ao estado por não demonstrar onde as pessoas estão. Afirma que as comunidades têm medo de se colocar no mapa por medo de violência. **Gustavo Oliveira** afirma entender que a informação é sensível, mas importante ter como ponto de pauta esse mapeamento, após os grupos de trabalho mencionados. **Helder Magno** coloca no chat uma plataforma de territórios tradicionais chamada Territórios Vivos. **Adriano Tostes** diz estar de férias, mas que levará essa informação aos gestores do SISEMA e que acredita ser importante o compartilhamento de informações com o MPF. **Helder Magno** reafirma que a lei estadual número 21 147, de 14/01/2014, estabelece que é papel do estado. Menciona a existência de um decreto regulamentador desta lei, porém, há dúvidas se este Decreto foi revogado, pois não está disponível na internet. Ele solicita aos Secretariado Executivo que verifique o motivo da indisponibilidade do decreto revogado. Além disso, ele menciona a presença de um decreto regulamentador datado de 2017, que aborda o mapeamento dos povos e comunidades tradicionais. **Orlando Santos** solicita o encerramento da reunião, **Helder Magno** acredita que Cléver Machado irá retornar à reunião. **Letícia Horta** dirige a Dr. Helder e Adriano, abordando as restrições ambientais relacionadas aos povos tradicionais presentes na plataforma SISEMA. Há uma ausência de informações sobre outros povos e comunidades tradicionais, que é uma competência do estado. Já foi identificada ausência de informação na plataforma SISEMA, e há um planejamento para melhorar essas camadas, incluindo dados não apenas das comunidades já definidas, mas também de outras áreas. Para identificar as comunidades com interface, o processo envolve oficializar a SEDESE, que detém muitas informações sobre as comunidades estaduais, e realizar consultas locais para identificar as comunidades. Destaca a importância da Comissão para avançar na interpretação dos critérios e alimentar uma base de dados mais segura para o processo de licenciamento ambiental. Ressalta a necessidade de um mapeamento georreferenciado dessas áreas para fornecer indicações e alertas sobre a presença das comunidades, contribuindo para o planejamento da Secretaria. **Vanilza Rodrigues** destaca a importância do mapeamento das comunidades tradicionais, relacionando-o à sua atuação no licenciamento ambiental e na preservação do patrimônio imaterial. Ressalta os desafios enfrentados devido à escassez de recursos e à falta de informações completas sobre essas comunidades. Destaca a necessidade de dados qualificados para embasar políticas públicas eficazes. Menciona o trabalho do professor Aderval, da UFMG, e a iniciativa da plataforma mencionada por Dr. Helder como recursos valiosos para esse propósito. Enfatiza a importância de consolidar essas informações para dar continuidade às políticas relacionadas ao tema. **Helder Magno** compartilha informações sobre a Lei 21.147 de 14 de janeiro de 2014 e o Decreto 47.289 de 2017, ressaltando que este último continua em vigor, apesar de ter sido revogado. Ele destaca a importância desses documentos para o reconhecimento formal dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, bem como para o mapeamento dessas comunidades. Expressa preocupação com a priorização da titulação individual em detrimento da vida coletiva das comunidades tradicionais pelo estado, enfatizando a necessidade de discutir essa questão. Ele reforça a importância de os órgãos executivos do estado cumprirem suas obrigações em relação a essas comunidades, enquanto a Comissão como a que está presente contribui com esse trabalho. Por fim, incentiva todos a lerem o Decreto para uma melhor compreensão do assunto em discussão. **Rosana Santos** questiona se a pauta do Rodoanel será tratada hoje. Se ainda há quórum. **Helder Magno** destaca a importância de registrar que a discussão sobre a temática em questão não ocorreu durante a reunião. Ele ressalta a necessidade de esclarecimentos para que a Comissão possa deliberar sobre o assunto, especialmente porque é um pedido da empresa, o que considera estranho. Menciona a Convenção 169, que estabelece regras específicas para comunidades que precisam ser deslocadas por interesses na área em que habitam, incluindo questões de lugares sagrados que

não podem ser alterados. Ele ressalta a importância de um mapeamento adequado das comunidades, citando preocupações com pessoas externas tentando influenciar as posições das comunidades. Espera que o registro em vídeo da reunião evidencie a falta de discussão sobre o assunto. **Ivanilde Salomé** solicita uma reunião focada em compreender as políticas públicas para as comunidades quilombolas de Minas Gerais e como elas têm acesso a essas políticas, especialmente aquelas distribuídas pelo governo estadual. Muitas comunidades têm associações, mas outras não têm, e isso pode levar a violações, pois as políticas não chegam a elas por meio de suas lideranças, mas sim por indicação de terceiros, gerando conflitos dentro dos territórios. Algumas comunidades chegam a ter até duas associações, o que cria situações conflitantes quando o estado envia políticas para esses territórios. É essencial garantir que as consultas às comunidades sejam feitas corretamente, evitando conflitos gerados pela falta de participação das comunidades na tomada de decisões, para evitar que o poder público divida a comunidade. **Orlando Santos** questiona Gabriela quais os encaminhamentos. **Gabriela Brito** aponta o encaminhamento de agendar reunião presencial. Será feita uma enquete no grupo de WhatsApp. **Vanilza Rodrigues** questiona se as demais pautas ficarão para a reunião presencial. **Orlando Santos** afirma que terá que ficar pois falta muita gente dos povos tradicionais, que é preciso trabalhar na melhor plataforma, mais acessível e encerra a reunião, enquanto Vice-Presidente. **Reunião é encerrada, participantes se despedem.** Eu, Gabriela de Brito Santos, MASP 1367204-3, Secretária Executiva desta Comissão lavrei a presente Ata que após lida foi aprovada por todos os presentes.

Gabriela de Brito Santos

Secretaria Executiva

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**

Clever Alves Machado

Presidente

**Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais -
CEPCT-MG**



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Brito Santos, Servidora Pública**, em 23/05/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 23/05/2024, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84695036** e o código CRC **A57126B1**.

Referência: Processo nº 1480.01.0010896/2023-76

SEI nº 84695036